

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS

Danielle Lopes Vilas¹
Lia Maria Gomes Bahia²
Lídia Martins de Almeida³
Victor José Bocafoli Machado⁴
Emmanuel Sá Resende Pedroso⁵

RESUMO

O envelhecimento em curso no contexto brasileiro tem levado a um aumento significativo da demanda da parcela idosa da população por serviços e equipamentos urbanos. Dentre estes últimos, encontram-se as moradias coletivas institucionais, também chamadas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). Nestes espaços, a promoção da acessibilidade, condição básica à preservação da qualidade de vida dos usuários de um determinado ambiente, assume importância ainda maior, sendo decisiva na preservação dos mais altos níveis possíveis de autonomia e independência dos residentes. O objetivo geral do estudo aqui apresentado é apresentar, em síntese, a aplicação de uma ferramenta de análise da acessibilidade em uma ILPI – Abrigo Santa Helena – localizada na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, Brasil. Para tanto, foram empregadas, além da técnica de documentação indireta para uma revisão bibliográfica sobre os temas terceira idade, ILPI, acessibilidade espacial e técnicas de avaliação pós-ocupação (APO) como *checklist* e entrevista semiestruturada, no trabalho de campo, e matriz de descobertas, no tratamento de dados. Logo, uma vez aplicado o instrumento, foi obtido um diagnóstico da acessibilidade na instituição que pode orientá-la em intervenções e ações futuras.

Palavras-chave: idoso, Instituição de Longa Permanência para Idosos, acessibilidade.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população, fenômeno mundial, também é uma realidade no Brasil, onde há uma demanda crescente por equipamentos e serviços voltados para o público idoso. Dentre essas necessidades, encontram-se as moradias coletivas institucionais, denominadas no país de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). A cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, ilustra tal contexto de maneira clara. De acordo com o

¹ Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, danielle.vilas@arquitetura.ufjf.br;

² Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, liabahia@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, lidia.martins@arquitetura.ufjf.br;

⁴ Graduando do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, victorbmjose@gmail.com;

⁵ Professor Doutor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, emmanuel.pedroso@arquitetura.ufjf.br.

censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, a população idosa brasileira alcançada, naquele ano, 20.590.697 pessoas – 10% da população total (IBGE, 2010a). Na mesma época, existiam 3.548 ILPIs (IPEA, 2007, 2008a, 2008b, 2008c, 2010). Em Juiz de Fora, também segundo o mesmo censo, residiam 70.065 idosos – 13,6% da população total (IBGE, 2010b, 2010c). Em tempo, no município, existem atualmente 23 instituições (PJF, 2018). Nesses espaços, a promoção da acessibilidade constitui condição básica para a preservação dos mais altos níveis possíveis de autonomia e independência dos residentes e consequente manutenção de sua qualidade de vida. Assim, diante do iminente aumento da demanda por esse tipo de equipamento urbano, é de extrema importância que seja realizado um número cada vez estudos focalizados na acessibilidade nesses locais.

O presente trabalho corrobora este entendimento, ao possuir como objetivo geral a apresentação, em síntese, da aplicação de uma ferramenta de análise da acessibilidade em uma ILPI – Abrigo Santa Helena – localizada na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, Brasil. Logo, além desta introdução, há uma descrição da metodologia adotada, a abordagem do embasamento teórico e a apresentação do instrumento de análise, o trabalho de campo e discussões decorrentes, as conclusões alcançadas e as referências adotadas.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no projeto foi composta pela técnica da documentação indireta, a qual de acordo com Marconi e Lakatos (2009, p. 176) configura-se como “[...] a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse”. Neste estudo, sua aplicação viabilizou uma revisão bibliográfica a respeito de conceitos fundamentais como idoso, ILPI, acessibilidade espacial e avaliação pós-ocupação (APO). No tocante à confecção da ferramenta de análise da acessibilidade, aqui adotadas técnicas de APO, como *checklist* e entrevista semiestruturada, para o trabalho de campo, e matriz de descobertas, para o tratamento de dados. Paralelamente – ao longo da ferramenta – foram adotadas as técnicas de observação assistemática e levantamento (em foto, áudio e/ou vídeo).

Em tempo, cabe aqui ressaltar que este trabalho foi produzido no Projeto de Treinamento Profissional “Acessibilidade em Instituições de Longa Permanência para Idosos”

submetido e aprovado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – UFJF - CAAE 07889419.5.0000.5147 e Número do Parecer 3.241.180.

DESENVOLVIMENTO

A estrutura da ferramenta de análise da acessibilidade, apresentada ao final desta parte do estudo, foi antecedida por um embasamento teórico acerca dos temas idoso, acessibilidade, ILPI e avaliação pós-ocupação.

No Brasil, segundo a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10741 de 2003), considera-se a pessoa idosa quando esta possui idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 1994, 2003). Já no tocante à moradia coletiva institucional para o idoso, de acordo com a Portaria nº 73 da Secretaria de Políticas de Assistência Social e a Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 283 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), as ILPIs, outrora denominadas instituições asilares, são uma das modalidades de atenção à pessoa idosa existentes no Brasil, compreendidas como equipamentos de caráter residencial destinados ao atendimento integral de idosos independentes, semidependentes e dependentes⁶ (BRASIL, 2001, 2005).

A acessibilidade, por sua vez, pode ser definida como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações [...] por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015, p. 2).

Para que um determinado ambiente seja acessível, é necessário que barreiras sejam eliminadas. Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, (Lei nº 13146 de 2015), as barreiras são [...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa [...] (BRASIL, 2015, s/p.). Em tempo, as barreiras podem ser classificadas em urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas (BRASIL, 2015).

Arelado ao tema acessibilidade, encontra-se o conceito de acessibilidade espacial – base do instrumento de análise da acessibilidade elaborado – corresponde ao conjunto de

⁶ De acordo com Neto (2000), pode ser estabelecida a seguinte classificação referente aos níveis de dependência: a independência (realização de atividades sem ajuda); a semidependência (realização de atividades com ajuda parcial e/ou supervisão); e a dependência (não realização de atividades).

condições que permite o deslocamento físico no espaço; a compreensão desse ambiente; a interação do indivíduo com ele; e seu uso com autonomia e independência. Dessa forma, ela pode ser averiguada, respectivamente, por meio de quatro componentes, sendo eles o deslocamento, a orientação, a comunicação e o uso (DISCHINGER; ELY; PIARDI, 2012). A APO, por sua vez, [...] é um processo interativo, sistematizado e rigoroso de avaliação de desempenho do ambiente construído, passado algum tempo de sua construção e ocupação (RHEIGANTZ et al., 2009, p. 16).

A utilização de técnicas de APO viabiliza o entendimento de várias questões referentes à relação entre o indivíduo e o ambiente. Na ferramenta de análise da acessibilidade, em meio às etapas propostas, foram adoradas algumas dessas possibilidades: *checklist*, entrevista semiestruturada e observações assistemáticas, além do levantamento (em foto, áudio e/ou vídeo), no trabalho de campo; e matriz de descobertas, como suporte ao tratamento dos dados. Uma vez concluído, o instrumento obteve a seguinte estrutura (Quadro 01).

Quadro 01 – Estrutura da ferramenta de análise da acessibilidade em ILPIs.

Ferramenta de análise da acessibilidade em ILPIs			
Etapa	Técnica(s)	Objetivo	Trabalho
1	<i>Checklist</i> + Observação assistemática e levantamento	Avaliação da acessibilidade na instituição. Observação do comportamento dos residentes, acompanhada por registro.	Campo
2	Entrevista semiestruturada + Observação assistemática e levantamento	Verificação das percepções dos residentes acerca da acessibilidade na instituição. Observação do comportamento dos residentes, acompanhada por registro.	Campo
3	Matriz de descobertas	Suporte ao tratamento dos dados obtidos, a partir da planta-baixa dos ambientes de convívio da instituição.	Gabinete

Fonte: Arquivo próprio.

No Quadro 01, é possível verificar que a observação assistemática e o levantamento dão suporte às ações empreendidas nas etapas 1 (*checklist*) e 2 (entrevista semiestruturada) da ferramenta. Todo o instrumento é estruturado no conceito de acessibilidade espacial – mais especificamente nos seus componentes (deslocamento, orientação, comunicação e uso) – estabelecidas por Dischinger, Ely e Piardi (2012) e na classificação das possíveis barreiras, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas), permitindo a realização de análises parciais (a cada fase) e geral (BRASIL, 2015). Por fim, é prevista a

confecção de um relatório a ser fornecido para a instituição, a fim de orientá-la em futuras ações e intervenções focalizadas na promoção da acessibilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de campo foi realizado no Abrigo Santa Helena, uma ILPI filantrópica, localizada na região leste da cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, Brasil, entre os meses de abril e junho de 2019 (Figura 1).

Figura 01 – ILPI Abrigo Santa Helena – Edifício administrativo.



Fonte: Abreu, Paciullo, Penaqui, Soares e Wenzel (2019).

A instituição abriga atualmente 145 idosos – 75 homens e 70 mulheres – atendidos por 80 funcionários. A ILPI é a maior do município.

Primeira etapa da ferramenta de análise da acessibilidade, o *checklist* permitiu a identificação de um número elevado de barreiras arquitetônicas. Ao mesmo tempo, dentre os componentes da acessibilidade espacial, os maiores problemas foram constatados junto aos componentes de uso – com 161 pontos, de um total de 242, negativos (barreiras) - e orientação - com 26 pontos, de um total de 28, negativos (barreiras). Dentre as barreiras, predominaram as arquitetônicas, relacionadas aos componentes de uso e deslocamento, sobretudo nos setores de serviço e íntimo, verificadas, por exemplo, na circulação insuficiente para uma pessoa em cadeira de rodas em alguns banheiros e nas dimensões dos vãos das

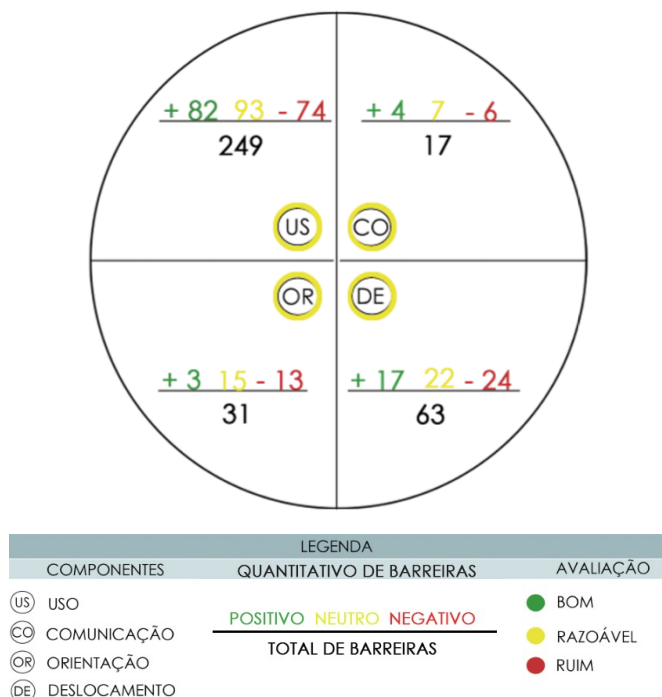
(83) 3322.3222

contato@cieh.com.br

www.cieh.com.br

portas de alguns quartos abaixo do previsto na NBR9050/15. No que tange à entrevista semiestruturada, segunda etapa do instrumento, foi possível perceber que a maioria dos residentes participantes gosta das acomodações, das amizades e das atividades propostas pela Instituição – desenho, atividade física, yoga, dança, entre outros. Entretanto, foram relatadas situações referentes a barreiras atitudinais, sobretudo na relação funcionários/idosos como, por exemplo, pedidos de ajuda foram negados durante a noite. Em relação aos componentes da acessibilidade espacial, foi encontrada uma maior defasagem em relação ao uso (com 6 barreiras a ele associadas de um total de 7 pontos analisados) e deslocamento (com 6 barreiras a ele associadas de um total de 10 pontos analisados). Dentre as barreiras, predominaram as arquitetônicas e atitudinais, relacionadas aos componentes de uso e de comunicação, sobretudo no setor social, como a dificuldade de locomoção na rampa, devido sua inclinação acima do estabelecido na NBR9050/15. Concomitantemente às etapas 1 e 2 citadas, foram empregados a observação assistemática – que possibilitou o aprofundamento do entendimento acerca da rotina da instituição – e o levantamento fotográfico, áudio e/ou vídeo das ações realizadas. Ao final do trabalho de campo, os dados obtidos permitiram a confecção de um gráfico geral (Figura 02).

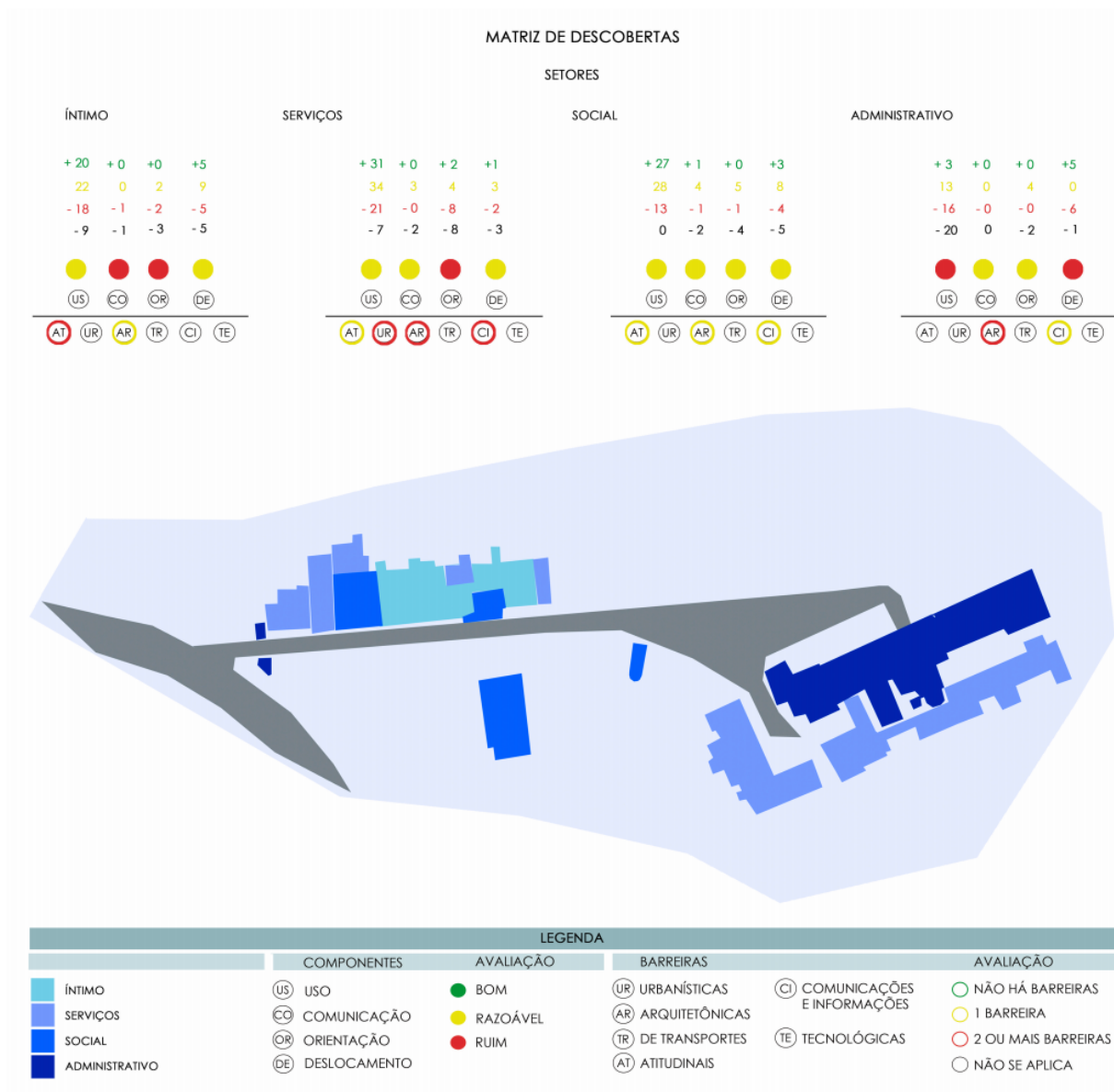
Figura 02 – Análise da acessibilidade na ILPI Abrigo Santa Helena – Gráfico geral.



Fonte: Arquivo próprio.

Uma vez reunidos os dados no gráfico geral (Figura 02), os mesmos foram localizados segundo os setores da ILPI, na matriz de descobertas – baseada na planta esquemática da instituição (Figura 03).

Figura 03 – Análise da acessibilidade na ILPI Abrigo Santa Helena – Matriz de descobertas.



Fonte: Arquivo próprio.

Na ILPI, as barreiras encontradas foram as arquitetônicas, atitudinais e urbanísticas, com destaque para as primeiras (arquitetônicas). Por outro lado, não foram identificadas barreiras relacionadas à comunicação e informação, transporte e tecnológicas. A instituição apresenta pontos que favorecem a acessibilidade junto a componentes como deslocamento (ausência de desníveis na circulação e existência de rotas acessíveis no setor íntimo) e uso e

orientação (possibilidade de apropriação dos quartos). Todavia, são necessárias melhorias em grande parte dos ambientes presentes nos setores íntimo (com 41 barreiras de um total de 59 pontos analisados), social (com 44 barreiras de um total de 79 pontos analisados), de serviços (com 61 barreiras de um total de 92 pontos analisados) e, principalmente, administrativo (com 30 barreiras de um total de 34 pontos analisados), no qual podem ser destacados barreiras como a inclinação da rampa superior à prevista na NBR 9050/15 e problemas de manutenção, como desníveis nos encontros das placas do piso de taco, que acabam por prejudicar a circulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a crescente demanda por ILPIs, torna necessária e urgente a realização de trabalhos voltados para a análise e promoção da acessibilidade nesses locais. A aplicação da ferramenta de análise da acessibilidade aqui apresentada, no ILPI Abrigo Santa Helena revelou que é preciso realizar ações que favoreçam componentes da acessibilidade espacial como orientação e uso, bem como superar barreiras arquitetônicas relacionadas à falta de sinalização eficiente (incêndio, rotas de fuga, identificação dos ambientes e áreas de acesso restrito) e ausência da luz de vigília e falta de ventilação cruzada recorrente nas salas do setor administrativo, assim como as atitudinais. Este instrumento, pois, se coloca como uma possibilidade de ação a ser empregada em outras moradias coletivas institucionais, para a obtenção de novos diagnósticos da acessibilidade e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida de um número ainda maior de residentes.

AGRADECIMENTOS

É importante agradecer à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROGRAD/UFJF), pela possibilidade de desenvolvimento do Projeto de Treinamento Profissional “Acessibilidade em Instituições de Longa Permanência para Idosos”, no qual este trabalho foi produzido. Deixa-se registrado também o agradecimento especial aos idosos que participaram do estudo e o tornaram viável, assim como todos os funcionários da ILPI Abrigo Santa Helena.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Leis. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Leis. Lei nº 10741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Lei nº 8842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Regulamento técnico para funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 2005. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f2055-c23a-4eca-94ed-76fa43acb1df>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001. Ministério da Previdência e Assistência Social. Normas de Funcionamento de Serviços de Atenção ao Idoso no Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 mai. 2001. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Legislacao/Federal/Portaria%20n%C2%BA%2073.doc>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DISCHINGER, Marta, ELY, Vera Helena Moro Bins; PIARDI, Sônia Maria Demeda Groisman. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público**. Florianópolis: MPSC, 2012. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/conteudo/imagens/noticias/manual_acessibilidade.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtm>. Acesso em: 13 out. 2012a.

_____. **Censo Demográfico 2010: Brasil/Minas Gerais/Juiz de Fora.**

Pesquisas/Censo/Amostra – características da população. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/pesquisa/23/25888?detalhes=true>>. Acesso em: 15 jun. 2018b.

_____. **Censo Demográfico 2010: Brasil/Minas Gerais/Juiz de Fora. Panorama.**

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>>. Acesso em: 15 jun. 2018c.

INSTITUTO DE POLÍTICA ECONÔMICA APLICADA. **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Norte.** Coordenação geral: Ana Amélia Camarano. Brasília: IPEA; Presidência da República, 2007. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro__CaractdasInstituicoesRegiao_Norte.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017.

_____. **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Centro-Oeste.** Coordenação geral: Ana Amélia Camarano. Brasília: IPEA; Presidência da República, 2008. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro__CaractdasInstituicoesRegiao_CentroOeste.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017a.

_____. **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Nordeste.** Coordenação geral: Ana Amélia Camarano. Brasília: IPEA; Presidência da República, 2008. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro__CaractdasInstituicoesRegiao_Nordeste.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017b.

_____. **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Sul.** Coordenação geral: Ana Amélia Camarano. Brasília: IPEA; Presidência da República, 2008. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Livro__CaractdasInstituicoesRegiao_Sul.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017c.

_____. **Características das Instituições de Longa Permanência para Idosos – Região Sudeste**. Coordenação geral: Ana Amélia Camarano. Brasília: IPEA; Presidência da República, 2010. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_caractdasinstituicoesregiao1.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NETO, Milton Menezes da Costa (org.). **Atenção à Saúde do Idoso – Instabilidade postural e queda**. Brasília: Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica, 2000. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_idoso_cab4.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **ILPIs – Particulares e Filantrópicas em Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2018.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Proarq FAU/UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.